

## **A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS ACADÊMICAS BRASILEIRAS**

Érica Giaretta Biase  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)  
ericabiase@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Para falar de qualidade da educação, principalmente da educação infantil, precisamos também nos referir ao direito à educação. A expansão de ofertas à educação a partir do acesso a escolas com condições precárias, principalmente para as classes populares, com infraestrutura comprometida e quadro de profissionais incompletos e despreparadas, não garante condições de qualidade.

O processo histórico brasileiro contribui para avanços no sistema educacional, tendo como referência a educação infantil. Nesse contexto, a Constituição Federal (CF) de 1988 assegura os direitos dos trabalhadores e o espaço para o reconhecimento da educação infantil como direito e dever do Estado. A CF 1988 representa um marco histórico na construção da educação infantil no Brasil. Antes disso, a educação das crianças de 0 a 6 anos ficava sob a responsabilidade da Assistência Social e somente as mães que trabalhavam tinham exclusividade.

A partir do cenário constituído sobre a importância da infância e sua função educativa, decorrente de vários movimentos de luta e discussões, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, nº 9.394/96), a qual reitera e expande esse direito declarado no art. 29 com relação à educação infantil, destacando o desenvolvimento integral da criança, tendo em vista os aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Embora a CF 1988 apresente o termo para qualificar a qualidade, não esclarece o que representa esse padrão mínimo. No entanto, verifica-se que esses padrões mínimos de qualidades referenciados na LDB consideram os elementos essenciais para o desdobramento do processo de ensino-aprendizagem. Diante disso, entende-se que o texto não deixa nítido sobre ações e recursos necessários a efetivação do padrão mínimo de qualidade da educação.

Nessa perspectiva, apresenta-se como objetivo de pesquisa analisar os estudos e pesquisas brasileiras que desenvolveram a temática a partir dos descritores: “qualidade da educação”, “direito a educação” e “educação infantil”.

Especificamente, pretende-se identificar os objetivos dos trabalhos encontrados sobre a temática, destacar a metodologia utilizada para a obtenção dos resultados e compreender os principais resultados obtidos em suas análises.

## **DESENVOLVIMENTO**

Esclarecemos que o levantamento foi realizado no início de 2020, no portal da CAPES e no SciELO. O levantamento foi sistematizado em artigos de periódicos, dissertações e teses sobre a temática. Dentre os trabalhos encontrados, obtivemos quatro artigos de periódicos, quatro dissertações e duas teses que apresentam os temas destacados no título ou nos descritores.

Reforçamos que as informações coletadas nas pesquisas selecionadas foram realizadas a partir da leitura do resumo, buscando identificar os objetivos do trabalho e a metodologia. Dessa forma, destacamos os trabalhos realizados de acordo com os objetivos similares e as metodologias privilegiadas nos textos que contribuíram para a coleta de dados e a obtenção dos principais resultados.

Dos trabalhos analisados, três publicações trazem em seus objetivos a questão principal de investigação relacionada à oferta e acesso a educação infantil, compreendendo dois artigos e uma dissertação. Também encontramos quatro pesquisas que destacam nitidamente em seus objetivos a preocupação voltada ao direito à educação e à qualidade do ensino, ora relacionado aos cuidados e obrigatoriedade, ora referente à fragilização da universalização das matrículas. A partir do material analisado, os objetivos da tese se referem ao direito à educação na perspectiva da educação inclusiva, tendo como principal foco de estudo a educação especial.

Quanto à metodologia utilizada nos trabalhos para a coleta de dados, constatou-se que todos se referem à pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa e análise documental. No entanto, quatro trabalhos destacam a pesquisa documental como caminho metodológico para a composição dos resultados. Os principais documentos analisados nos trabalhos foram: fontes do IBGE e INEP, práticas avaliativas utilizadas pela secretaria de educação do município em estudo e documentos oficiais, referente ao direito à educação e universalização de matrículas na educação infantil e, ainda, as decisões coletivas do judiciário brasileiro.

Com relação à pesquisa de campo, encontramos cinco trabalhos que destacaram essa metodologia. Entretanto, dois (um artigo e uma dissertação) destacaram dois procedimentos técnicos para a coleta de dados: um referenciou a observação e entrevista e o outro, a observação e a filmagem. Os outros três utilizaram um procedimento técnico: o primeiro utilizou o questionário com diretores e educadores da rede de ensino da instituição pesquisada; o segundo utilizou de entrevista com as famílias da instituição pesquisada e, o terceiro, o grupo focal com entrevista direcionada aos professores no atendimento da educação especial.

As propostas são diversas de pesquisa, assim como os caminhos percorridos pelos pesquisadores. No entanto, percebemos que existem nas conclusões dos trabalhos alguns aspectos que reforçam a necessidade e a urgências de políticas públicas voltadas para o fortalecimento das concepções de educação, direito e qualidade do ensino, principalmente na educação infantil.

A partir das análises realizadas, reconhecemos que a pesquisa de campo com coleta de dados, a partir da utilização de observação, entrevista ou outro procedimento metodológico é de fundamental importância para a coleta de dados. No entanto, enfatiza-se que a pesquisa documental também tem grande relevância para a coleta de dados e contribui expressivamente com os resultados da pesquisa. Tanto a pesquisa de campo como a pesquisa documental são caminhos metodológicos que proporcionam ao pesquisador respostas aos objetivos pretendidos.

## **CONSIDERAÇÕES**

Em linhas gerais, percebemos, diante das pesquisas apresentadas, que o direito à educação infantil ainda se encontra relacionado à questão do acesso das crianças à etapa de ensino. O sistema educacional brasileiro ainda persiste no direito básico da educação, que é o ingresso e a matrícula da criança na instituição. Dessa forma, a qualidade da educação, em alguns casos, fica comprometida com o acesso. No entanto, sabemos que a qualidade da educação infantil é muito mais ampla do que a frequência e o direito à matrícula da criança no processo de ensino.

Os estudos analisados evidenciam que é necessário um comprometimento das políticas educacionais no avanço e investimentos na educação infantil, para que possamos explorar e crescer no debate que envolve as discussões na construção da

educação de qualidade e o direito da criança no processo educacional. Portanto, constatamos a necessidade de investimentos, ampliação de vagas, programas amplos de formação, com estruturas de qualidade para todos os profissionais. E movimentos coletivos que tenham propósitos baseados em ações concretas e fundamentadas no debate teórico, com visão contextualizada de um ensino voltado à inclusão e ao direito de todos na construção de uma educação de qualidade.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.